

INFLUÊNCIA DAS CORPORAÇÕES EM NOSSO ENSINO SUPERIOR

Alaor Chaves

As profissões de nível superior no Brasil são excessivamente regulamentadas. Essa regulamentação confere prerrogativas também excessivas aos portadores de diplomas e poderes sem cabimento às associações de classe das profissões, especialmente no caso das profissões mais prestigiadas. As consequências disso são múltiplas e, em geral, muito negativas. Nesta crônica, me atarei à influência que as corporações de ofício exercem sobre nosso ensino superior.

O mundo contemporâneo demanda grande diversidade de profissões, com suas respectivas especialidades. Esse recorte de profissões é muito dinâmico, e especialmente instável é o perfil de formação correspondente às diversas profissões e especialidades. Os cursos de ensino superior passam por frequentes reformas para acompanhar as mudanças no mercado de trabalho. A experiência acabou demonstrando que a melhor maneira de formar profissionais capazes de se adaptar às mutáveis exigências do mercado é enfatizar a formação em fundamentos, em princípios que transcendem as mudanças técnicas. Se o profissional tem bom domínio desses fundamentos, tem maior capacidade de aprender novas técnicas e até mesmo de mudar de profissão por meio de autodidatismo ou formação adicional em cursos breves. A consequência disso foi o oferecimento de cursos universitários mais científicos e menos técnicos.

O movimento nesse sentido começou há mais de um século. O exemplo mais mencionado desse movimento, e talvez o mais importante, foi a reforma do ensino de Medicina induzida pelo célebre Relatório Flexner, um longo documento resultante de estudo encomendado ao educador Abraham Flexner pela Fundação Carnegie, publicado em 2010. No relatório, Flexner recomendou a prática de padrões científicos mais elevados tanto na admissão nas escolas de Medicina quanto nos cursos. Quase metade das escolas de Medicina acabou sendo fechada por incapacidade de satisfazer os padrões recomendados. A solução final do problema foi a transformação dos cursos de Medicina, nos EUA e no Canadá, em cursos de pós-graduação de 4 anos, precedidos de bacharelado de 4 anos em alguma área de ciência – os preferidos pelos estudantes são biologia e química. Após completar os quatro anos de formação médica, o estudante faz de 3 a 6 anos de residência e obtém o título de Doutor em Medicina (*Medicine Doctor*, MD). Para praticar a Medicina, nos EUA e Canadá, a pessoa tem de ser doutor, o que demanda de 11 a 14 anos de estudo e prática médica.

Na Europa e Japão, as trajetórias de formação do médico são diferentes e diversificadas, mas semelhantes no aspecto essencial: estudo de ciências antes de ensino técnico e prático de Medicina. No Reino Unido, França e Alemanha, a formação de um médico leva pelo menos 11 anos. Na França, as trajetórias de educação em áreas de saúde formam uma árvore. O estudante inicia seus estudos em uma grande área que abrange fundamentos para medicina, odontologia, fisioterapia e farmácia, e

ao longo do tempo vai fazendo suas opções. Bom desempenho nos estágios iniciais é o principal critério para admissão nas áreas mais concorridas. Há também exames periódicos para filtrar os concorrentes.

A tendência, em todo o mundo desenvolvido, é formação universitária em ciclos curtos e flexíveis, nos quais os estudantes podem mudar sua orientação em vários estágios da formação. No Brasil, a formação é verticalizada, definida e especializada desde o início, e com mais ênfase nas técnicas do que nos fundamentos científicos. Os estudantes são formados para lidar com problemas de solução conhecida, não para enfrentar e resolver problemas novos ou menos comuns.

Na Europa, no Processo de Bolonha, uma reforma gradual que vem ocorrendo desde 1999, o padrão básico de estudos universitários, exceto nas áreas de saúde, é a sequência: 3 a 4 anos de graduação, 1,5 a 2 anos de mestrado e 2 a 4 anos de doutorado. Esse padrão tem sido usado no Reino Unido há muito tempo, com grande sucesso. A formação científica do britânico já se inicia na educação básica. Os britânicos são reconhecidos pela sua originalidade em todos os campos do conhecimento.

O poder das associações profissionais no Brasil é um empecilho para a modernização da nossa educação superior. Como os profissionais recebem formação voltada para a técnica, têm menos capacidade de atualizar sua formação. Por isso, sempre atuam no sentido de impedir que o perfil de formação dos jovens que entram no mercado seja mais atual do que o deles. O resultado é uma competição entre profissionais medíocres, excetuados aqueles que sempre sobressaem, independentemente da má educação que recebem. Mas, no conjunto, a perda é muito grande.

O conservadorismo das nossas universidades é enorme. Os estudantes não conseguem receber formação diferente da dos seus professores, estes usam nos seus cursos até mesmo os livros nos quais estudaram. A última reforma relevante na nossa educação superior ocorreu na Reforma Universitária de 1968.

No mundo inteiro, as corporações de ofício exercem influência sobre o ensino superior em suas respectivas áreas, mas no Brasil ela é excessiva. No caso da OAB, a mais poderosa associação profissional do Brasil, nem é apropriado falar de influência, pois a OAB tem inteiro controle dos nossos cursos de Direito. O Exame de Ordem, que habilita os bacharéis em Direito ao exercício da advocacia, norteia todos os cursos de Direito, e mais ainda os cursinhos oferecidos aos novos bacharéis que querem fazer o Exame. Ensina-se o que o Exame tem cobrado, até mesmo porque o maior trunfo das escolas de Direito para atrair estudantes é seu sucesso em aprovar boa fração dos ex-alunos.

Assim como na área de Medicina, a formação em Direito no Brasil inicia-se no ingresso na educação superior, o que impossibilita a formação de um especialista em Direito sem a obtenção prévia de um bacharelado na área.

Uma das graves consequências da nossa formação já definida no ingresso no ensino superior é a quase impossibilidade de se formar no Brasil um advogado de patentes, pois advocacia de patentes tem de ser um curso de PG para quem teve formação universitária em alguma área de ciências ou engenharia. Um advogado de patentes precisa ter boa formação em ciência e tecnologia, pois ele precisa saber se uma ideia ou invenção é original ou não, e após isso saber se ela é patenteável. Fenômenos naturais não são patenteáveis, nem as leis da natureza. Muito menos as

equações matemáticas. Mas se esses fundamentos são usados para criar um novo material ou dispositivo prático, esse material ou dispositivo pode ser patenteável.

O advogado de patentes tem de saber preencher o pedido de patente de forma técnica. Obtida a patente, o advogado tem de saber se houve violação dos direitos de propriedade intelectual, e se ela é grave ou não. Tudo isso é muito técnico. Vale lembrar que quando Einstein formulou a teoria da relatividade, demonstrou que a luz é composta de partículas, e demonstrou a existência dos átomos pela análise do chamado movimento browniano, ele trabalhava no escritório federal de patentes em Berna, na análise do mérito e pertinência de pedidos de patente.

Em casos de litígios sobre direitos de propriedade intelectual, o advogado de patentes tem de defender seu cliente em tribunais. Para isso, ele precisa adquirir conhecimento sobre direito intelectual e sobre códigos de processos cíveis. Para isso, ele faz um mestrado em advocacia de patentes em uma escola de Direito. Os advogados de patentes são geralmente especializados em uma dada área técnica. Uns se especializam em fármacos, outros em softwares computacionais, outros em dispositivos eletrônicos, e em cada caso ele tem de ter boa formação científica e técnica naquela área específica. A sofisticação dos advogados de patentes é também muito variável. Os melhores fazem doutorado na área em quem quer atuar antes de ingressar no mestrado em Direito.

Como um advogado formado na estrutura brasileira pode ser capaz de trabalhar competidamente como advogado de patentes? Ele teria de formar-se antes em ciência ou engenharia e depois disso fazer um curso de Direito de cinco anos. Nenhum deles faz isso, até mesmo porque neste último curso ele aprenderia muito pouco sobre direito intelectual. Em resumo, o Brasil não tem advogados de patentes competentes. Consequentemente, está pouco preparado para competir no mundo industrial contemporâneo.

Em 2004, o MEC iniciou discussões no meio acadêmico para a Reuni – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. A Academia Brasileira de Ciências preparou na época o estudo Subsídios para a Reforma do Ensino Superior, que pode ser encontrado em <http://www.abc.org.br/IMG/pdf/doc-29.pdf> , feito por um grupo de acadêmicos do qual fiz parte.

O então ministro titular do MEC, Tarso Genro, foi à ABC para falar sobre nossas propostas. Declarou que aquela era a reforma dos seus sonhos, mas que era politicamente inviável porque contrariava fortes interesses corporativos. Ele estava certíssimo. O então reitor da UFMG rompeu relações comigo por eu estar envolvido na proposta e defendê-la em palestras. Uma dessas palestras foi feita na Faculdade de Medicina da UFMG, a convite do Diretório Acadêmico. Os estudantes ficaram empolgados com as propostas e queriam que eu fosse almoçar com eles. O Diretor da Faculdade, Professor Geraldo Brasileiro Filho, prontamente interferiu dizendo que ele já havia agendado um almoço comigo. Almoçamos, conosco havia outros professores, e todos argumentaram que o ensino de Medicina praticado no Brasil era o mais indicado para o nosso país.

O episódio teve curiosos desdobramentos. Thomas Maack, médico formado na USP perseguido pelo governo militar por suas posições políticas, emigrara para os EUA e acabou tornando-se importante fisiologista e Professor Titular do Weill Cornell Medical College. Era membro da ABC e viu o documento de 2004, nele verificando que eu tinha sido o redator da parte referente ao projeto pedagógico. Entrou em contato comigo e trocamos vários e-mails sobre educação superior. Eu soube pelas nossas conversas que ele era muito atuante em reformas do ensino médico nos EUA. Em outubro de 2005,

houve o 43º Congresso Brasileiro de Educação Médica, em Vitória – ES, e Thomas Maack fora convidado para dar a palestra de abertura. Nela, ele defendeu as reformas que eu propunha no Brasil, inclusive para o ensino de Medicina, e exibiu literalmente em slides propostas minhas, citando a fonte. Geraldo Brasileiro, ao retornar do congresso, tomou a iniciativa, muito digna e cordial, de me telefonar para contar o ocorrido.

Resta entender como, apesar dessas falhas educacionais, o Brasil tem avançado em todos os campos do conhecimento e tornou-se um relevante produtor de ciência. Vários fatores contribuíram para isso. No caso específico da Medicina, a área atrai tantos talentos que os aprovados nas boas escolas são muito talentosos, e para alcançar aprovação no vestibular têm de ser muito estudiosos. Mesmo recebendo educação em nível inferior à sua capacidade, muitos atingem padrão internacional. Boa parte deles faz estágios em boas instituições estrangeiras e convivem com grandes pesquisadores.

Até cinco décadas atrás, as escolas de engenharia no Brasil atraíam os estudantes mais bem dotados para matemática e ciências físicas. Nossa matemática e nossa física foram fundadas por engenheiros que após se formarem fizeram doutorado em matemática ou física em grandes universidades, principalmente nos EUA. Eles formaram os primeiros graduados em matemática e física e os enviaram para o exterior para também fazer doutorado. Em 1968, o Brasil começou a criar seus cursos formais de pós-graduação e desde então formulou e praticou consistentemente políticas de fomento à pesquisa e formação de pesquisadores. Criou-se assim no país um sistema de PG muito mais moderno e avançado do que o de graduação. O nível dos nossos cursos de graduação também melhorou muito, mesmo permanecendo anacrônicos na sua estrutura curricular, porque a qualidade dos professores tornou-se muito maior. O CNPq criou o excelente programa de Iniciação Científica, acompanhado de uma bolsa modesta, mas motivadora. A iniciação científica foi a melhor e mais impactante inovação pedagógica na nossa formação de graduados.

A área de Direito, infelizmente, não se beneficiou de circunstâncias favoráveis similares, e por isso continua parada no tempo. Como a área também atrai bons talentos, há e sempre haverá os que se distinguem e atingem alto padrão, por mérito próprio. Foram criados vários cursos de PG em Direito, mas nenhum deles tem padrão internacional. Mesmo considerando que as avaliações da Capes para a área são provavelmente mais benevolentes, dado o baixo nível dos avaliadores da área, não há no Brasil nenhum curso de PG em Direito com nota 7.

Isso resume a história. O desafio agora é formar, em número significativo, pessoas preparadas para a inovação que criem *startups* ou estabeleçam pontes com a indústria já existente.